


Diário Oficial



Estado de Pernambuco

Ano LXXXIV • Nº 158

Poder Legislativo

Recife, sexta-feira, 31 de agosto de 2007

Assembléia Itinerante movimentada Agreste

Evento foi realizado pela primeira vez em Garanhuns

GARANHUNS - Distante 230 quilômetros do Recife, o município recebeu, ontem, pela primeira vez, a Assembléia Itinerante. Durante todo o dia, o Fórum Ministro Eraldo Gueiros Leite foi sede do Parlamento Estadual. No local, foram debatidas propostas visando ao desenvolvimento do Agreste Meridional. Garanhuns é o segundo município a receber a reunião Itinerante da Alepe este ano. Em maio, os trabalhos legislativos foram transferidos para Caruaru, em comemoração aos 150 anos de emancipação da cidade.

"Com o deslocamento até localidades do Interior, podemos ouvir as reivindicações da população, que, assim, sente-se mais próxima dos deputados, mais à vontade para usar a tribuna e dizer o que pensa", ressaltou o presidente da Alepe, deputado Guilherme Uchoa (PDT), que abriu o evento. Ele acrescentou que um documento será elaborado e enviado ao Governo relatando os pleitos da população. O pedetista agradeceu o apoio do Tribunal de Justiça do Estado (TJPE), que cedeu o espaço para a reunião parlamentar, e passou a coordenação dos trabalhos para o primeiro vice-presidente da Assembléia, deputado Izaías Régis (PTB), que propôs a realização da Assembléia Itinerante em Garanhuns.

O petebista lembrou que a iniciativa do Parlamento em promover reuniões itinerantes busca fortalecer o vínculo com a sociedade, proporcionando contato direto entre os cidadãos e líderes políticos a fim de debater soluções para os problemas locais.

"Os deputados que se deslocaram do Palácio Joaquim Nabuco até Garanhuns preocupam-se com o desenvolvi-



RINALDO MARQUES

TJPE - Evento no Fórum Ministro Eraldo Gueiros Leite

mento da região e estão prontos a ouvir e discutir sugestões diante de políticos, líderes comunitários e do povo. Essa é uma oportunidade que consolida a prática democrática", afirmou Régis, acrescentando a necessidade de unir forças e garantir o crescimento econômico da localidade. "O Agreste é, hoje, uma das regiões com o pior índice de desenvolvimento do Estado. Mas não era assim. A área era uma das mais ricas de Pernambuco. Nós, políticos, precisamos trabalhar unidos para fazer com que esses municípios voltem a ser destaques" salientou.

O prefeito de Garanhuns, Luiz Carlos de Oliveira (sem partido), classificou o momento como "ímpar" para todo o Agreste Meridional e para a Alepe. "É importante que a Casa se desloque para ouvir os clamores da população e das autoridades locais", ressaltou, defendendo que "as discussões não fiquem apenas no papel". Para o gestor, a oportunidade deve ser repetida. "Seria bom que, pelo menos uma vez ao ano, acontecesse um encontro como este", frisou.

O presidente da Câmara de Vereadores de Garanhuns, Zaquie Naum; o promotor de Justiça Alexandre Pereira,

que representou o Ministério Público; o diretor do Fórum, Márcio Barreto, prefeitos e vereadores de cidades como São Bento do Una, Capoeiras, Lagoa do Ouro, Caetés, Jurema, Caruaru e Lajedo também participaram do debate.

A Assembléia Itinerante foi criada em 1994 e está na décima edição. Já foram realizadas reuniões nas cidades de Tamandaré, Caruaru (por duas vezes), Timbaúba, Serra Talhada, Igarassu, Palmares e Carpina.

VOTAÇÃO - Projetos de lei importantes para o Estado também foram apreciados pelos parlamentares. Durante a manhã, foram aprovadas seis proposições, entre elas, a que autoriza o Estado a suprimir trecho de manguezal em área de preservação permanente de Suape, a fim de viabilizar a instalação da Refinaria de Petróleo Abreu e Lima. Outra matéria analisada foi a do Poder Executivo que autoriza a cessão do uso do imóvel ao Sindicato Rural de Garanhuns. Duas propostas de autoria do deputado Izaías Régis também foram aprovadas. Uma delas obriga que a expedição de receitas médicas e odontológicas seja digitada, datilografada ou escrita em letra de forma.

Título de Cidadão

O padre holandês Gabriel Hofstede recebeu, na tarde de ontem, em Garanhuns, o Título de Cidadão de Pernambuco. A homenagem foi proposta pelo deputado Izaías Régis (PTB). O padre mora no Brasil desde 1955 e atua em Garanhuns há sete anos. A solenidade foi coordenada pelo presidente da

Assembléia, deputado Guilherme Uchoa (PDT). "Há 45 anos, o padre Gabriel presta relevantes serviços ao povo cristão do Estado. Em Garanhuns, o sacerdote realiza um importante trabalho com jovens e comunidades carentes", salientou Uchoa. Régis lembrou a trajetória do sacerdote, destacando o nascimento na Holanda, no ano de 1933, a chegada ao Brasil e a atuação à frente da Igreja de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro. "Para todos nós, do Agreste e de Garanhuns, é motivo de orgulho a entrega desse título, que foi aprovado pela unanimidade dos deputados da Assembléia. Essa homenagem vai marcar minha vida parlamentar na Casa Joaquim Nabuco", afirmou. O padre Gabriel agradeceu a comenda e manifestou o amor pelo Brasil. "Embora não seja brasileiro de nascimento, sou por opção e de coração. Estou muito feliz e grato por receber esse título, que é um reconhecimento pelo trabalho que estamos fazendo", salientou. O sacerdote também defendeu "educação para o povo", falou sobre as riquezas do País e a importância de oferecer perspectivas de crescimento para os jovens. Esta foi a primeira vez que a Alepe entregou um Título de Cidadão durante uma reunião itinerante.



RINALDO MARQUES

Negociação

Durante a Assembléia Itinerante, os servidores do Poder Judiciário do Estado, em greve desde o dia 15 deste mês, foram recebidos pelo presidente da Alepe, deputado Guilherme Uchoa (PDT), e outros parlamentares. O pedetista informou à categoria que o governador Eduardo Campos (PSB) se reuniria, na manhã de

ontem, com o presidente do TJPE, desembargador Fausto Freitas, para falar sobre as reivindicações dos servidores. De acordo com Uchoa, durante o encontro, Campos ficou sensibilizado e fará um esforço para atender às reivindicações. "Se a contraproposta do Governo for aceita pelos servidores, me comprometo a votá-la de imediato", afirmou Uchoa. O representante dos servidores, Joel Moura, explicou que os grevistas reivindicam o repasse de verbas para a implementação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos (PCCV), previsto no Projeto de Lei nº 198, cujo relator é o deputado Sílvio Costa Filho (PMN). Costa Filho, que participou da reunião, acatou o pedido do TJPE de não liberar o parecer sobre a proposta, orçada em R\$ 37 milhões, até que a questão do repasse de verbas seja solucionada. Mas, durante a Itinerante, informou que outro projeto referente aos servidores, o de nº 199, extinguindo cargos comissionados dentro dos juizados e os transforma em função gratificada, será votado na próxima terça-feira. O secretário-geral da Associação dos Servidores, Milton Correa, informou que a paralisação continua até que as questões sejam definidas.



RINALDO MARQUES

Lideranças reivindicam melhorias para a região

Abastecimento de água, recuperação e duplicação de estradas são principais solicitações

FOTOS: RINALDO MARQUES

No período da manhã, os parlamentares receberam representantes da sociedade civil local e autoridades da região. Os convidados falaram sobre as demandas do Agreste Meridional e solicitaram o apoio da Alepe para realizar melhorias nos municípios. A falta de água em algumas localidades foi um dos temas mais enfatizados pelos que utilizaram a tribuna.

O representante do Movimento dos Sem Teto de Garanhuns, Antônio Bezerra, destacou a necessidade de projetos de lei que regularizem o abastecimento. Segundo Bezerra, a população deve se

envolver nessa luta. "É preciso buscar emprego e renda para as cidades, mas é importante que haja mais participação social nas decisões políticas do Agreste", frisou.

O prefeito de Palmeirina e presidente da Comissão de Desenvolvimento do Agreste Meridional (Codeam), Eudson Catão, também destacou o problema do racionamento e enfatizou que o crescimento "está reduzido". Para o prefeito de São Bento do Una, Padre Aldo, uma alternativa para o desenvolvimento está na duplicação da PE-193, que liga o município a Capoeiras. "São Bento é o maior produtor de aves e



GESTOR - Luiz Carlos de Oliveira, prefeito de Garanhuns, (d)

ovos do Estado e precisa de uma estrada que ajude a escoar a produção", defendeu o

prefeito.

A mesma idéia foi ressaltada pelo prefeito de Capoeiras,

Maurílio Rodolfo, conhecido como Neném. Segundo ele, a feira de gado da cidade tem necessidade de escoar os produtos. O gestor ainda pediu apoio para conseguir recursos e reformar o parque onde acontece a feira. Já o representante dos pacientes renais de Garanhuns, Manoel Batista Ribeiro, e o vereador do município Daniel da Silva falaram da importância de implantar o Samu na cidade. Batista fez um apelo para que não falem os medicamentos obrigatórios aos doentes renais nos hospitais públicos da cidade.

O prefeito de Lajedo, Rômulo Maia, ressaltou a im-

portância de instalar uma sede do Instituto de Medicina Legal (IML) em Garanhuns e defendeu investimentos nas pequenas cidades do Estado. "Esses municípios também têm coisas boas para mostrar e carecem ser estimulados a crescer", defendeu. O representante da Câmara Municipal de Venturosa, Valdeni Cazusa, destacou a transferência do local de atendimento do Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS) de Arcoverde para Pesqueira. Segundo ele, a população de Venturosa pede para voltar a ser atendida em Arcoverde, devido à dificuldade de transporte para Pesqueira.

POTENCIAL ECONÔMICO

Na reunião plenária da tarde, foi a vez dos deputados usarem a tribuna. Eles repercutiram questões relevantes para o Agreste, como a melhoria da infra-estrutura e da pecuária leiteira. Todos elogiaram a iniciativa de Izaías Régis (PTB) de solicitar a Assembleia Itinerante para Garanhuns e o apoio da Mesa Diretora da Alepe para a concretização da proposta. O potencial econômico da região também foi destacado pelos parlamentares.

Ao final das atividades, uma placa alusiva ao evento foi descerrada no Fórum Ministro Eraldo Gueiros Leite pelo presidente da Assembleia, Guilherme Uchoa (PDT), e diversos deputados (foto). O prefeito de Garanhuns, Luiz Carlos Oliveira; o diretor do Fórum, Márcio Barreto; e o presidente da Câmara de Vereadores de Garanhuns, Zaquie Naum, receberam placas de agradecimento pelo apoio dado à realização das atividades do Poder Legislativo pernambucano no município.



Guilherme Uchoa (PDT)

A Assembleia Itinerante de Garanhuns já rende frutos positivos para a cidade. De acordo com o presidente da Alepe, deputado Guilherme Uchoa (PDT), a falta de medicamentos para os pacientes renais do município está sendo apurada pela Secretaria Estadual de Saúde. "Após ouvir a denúncia, liguei para o secretário Jorge Gomes e informei o que estava acontecendo. Ele me disse que amanhã (hoje) começaria a apurar o caso", contou. Uchoa destacou a importância da integração entre os Poderes. "Viemos ouvir e levaremos as reivindicações para as esferas competentes. Foram encontros como este que fizeram com que, em Caruaru, surgisse a primeira farmácia para atender a pacientes renais. Cerca de 1,3 mil pessoas deixaram de sair do Agreste para buscar medicamentos no Recife", frisou. Para o pedetista, o Poder Legislativo está desempenhando uma tarefa que dá certo. "Não existe deputado de uma cidade isolada, mas, sim, do Estado. Vamos pregar o otimismo em Pernambuco porque estamos juntos em um só pensamento, o de crescer", ressaltou.

Esmeraldo Santos (PR)

O deputado Esmeraldo Santos (PR) parabenizou o presidente Guilherme Uchoa (PDT) "pela forma com que vem conduzindo a Alepe", Izaías Régis (PTB) por apresentar o requerimento para levar as atividades parlamentares ao município e os funcionários da Casa por possibilitarem a realização da Assembleia Itinerante.

Eduardo Porto (PTdoB)

A união de prefeitos, vereadores e deputados para levar, ao Governo Estadual, as reivindicações do Agreste Meridional foi defendida por Eduardo Porto (PTdoB). O parlamentar também parabenizou a iniciativa de se promover a Assembleia Itinerante. "Espero que, juntos, possamos trazer mais desenvolvimento para o Agreste."

Edson Vieira (PSDC)

A expansão do projeto Assembleia Itinerante foi proposta por Edson Vieira (PSDC). "As reuniões devem acontecer em mais regiões para que possamos sentir as necessidades de cada localidade e lutar por melhorias", afirmou. Vieira também parabenizou o deputado Izaías Régis (PTB).

Izaías Régis (PTB)

O jornalista Ulisses Pinto foi homenageado pela Mesa Diretora da Alepe. Ele recebeu uma estatueta de um caboclo-de-lança pelos 65 anos de atuação na imprensa. O deputado Izaías Régis (PTB) também solicitou um Voto de Aplausos para o profissional. O jornalista é irmão do ex-prefeito de Garanhuns Aluísio Souto Pinto.

José Queiroz (PDT)

Em 1988, após terminar o mandato de prefeito de Caruaru, José Queiroz (PDT) recebeu o convite, "por meio de uma caravana de moradores de Garanhuns", para concorrer ao cargo de prefeito do município. O fato foi registrado pelo parlamentar, que relatou a forte ligação com a cidade. "Esse gesto é motivo de alegria e orgulho." afirmou.

Sebastião Rufino (DEM)

O otimismo de Terezinha Nunes (PSDB) foi compartilhado pelo deputado Sebastião Rufino (DEM). "Garanhuns sempre foi próspero e tem muito a oferecer", frisou. O parlamentar também destacou a atuação de um padre do município que foi educador. "Não podemos esquecer do padre Ademar, do Colégio Diocesano, que preparou profissionais para o Brasil", disse.

Claudio Martins (PSDB)

A reativação do Parque de Exposições Senador Paulo Guerra, com a realização da 14ª Exposição Agropecuária de Garanhuns, foi registrada por Claudio Martins (PSDB). Segundo o parlamentar, a retomada das atividades, após dez anos, foi possível graças à atuação da Cooplam, Prefeitura de Garanhuns e Governo do Estado.

Sérgio Leite (PT)

O empenho do deputado Izaías Régis (PTB) em defender Garanhuns e o Agreste Meridional foi ressaltado por Sérgio Leite (PT). "Ele é um grande defensor desta região. Onde está, sempre fala da sua cidade, assim como a deputada Miriam Lacerda (DEM) faz com Caruaru", declarou. Para Leite, o resultado da Assembleia Itinerante trará um saldo positivo.

Miriam Lacerda (DEM)

A necessidade de uma Delegacia da Mulher em Garanhuns vai repercutir na Comissão de Defesa da Mulher da Alepe. A afirmação foi da deputada Miriam Lacerda (DEM). Ela disse também que outras questões, como a falta de medicamentos para pacientes renais, será acompanhada de perto pela Comissão de Saúde.

Marcantônio Dourado (PTB)

Promover o desenvolvimento do Agreste Meridional é o que defende Marcantônio Dourado (PTB). O parlamentar ressaltou a necessidade de realizar melhorias nas estradas que ligam os municípios da região e incentivar arranjos produtivos, como o da pecuária-leiteira. Para Dourado, é preciso elevar os índices de desenvolvimento da região.

Terezinha Nunes (PSDB)

Os "discursos negativos" foram rebatidos por Terezinha Nunes (PSDB). "Informações provam que existe desenvolvimento em Garanhuns. Cerca de 40% da rede hoteleira do Estado está aqui e nas cidades vizinhas. Além disso, o município é o nono maior em serviços de Pernambuco". A parlamentar sugeriu transformar Garanhuns em centro turístico religioso.

Geraldo Coelho (PTB)

Para Geraldo Coelho (PTB), o Agreste Meridional tem muitas potencialidades. O deputado defendeu ações nas áreas de educação e tecnologia e lembrou a primeira vez que esteve em Garanhuns, com o ex-governador Nilo Coelho. O petebista afirmou ter ficado impressionado, agora, com o cuidado e a limpeza da cidade.

Expediente

DÉCIMA REUNIÃO ITINERANTE DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SEXTA LEGISLATURA, REALIZADA EM 30 DE AGOSTO DE 2007.

EXPEDIENTE

MENSAGEM Nº 90 - DO GOVERNADOR DO ESTADO encaminhando Projeto de Lei nº 271/2007, que autoriza o Estado de Pernambuco a receber doação, com encargos, de coleção de obras de arte do pintor pernambucano Cícero Dias. As 1ª, 2ª, 3ª e 5ª Comissões.

PARECERES Nºs 605 A 607 – DA COMISSÃO DE REDAÇÃO DE LEIS dando redação final aos Projetos de Leis Complementares nºs 236/2007 e 248/2007 e ao Projeto de Lei Ordinária nº 268/2007. A Imprimir.

REQUERIMENTO – DA DEPUTADA ISABEL CRISTINA solicitando dispensa da presença na Reunião Itinerante do dia 30 de agosto de 2007. À publicação.

REQUERIMENTO – DO DEPUTADO RICARDO TEOBALDO solicitando dispensa da presença na Reunião Itinerante do dia 30 de agosto de 2007. À publicação.

OFÍCIO Nº 37 – DO DEPUTADO FEDERAL RAUL JUNGSMANN informando impossibilidade de comparecimento a esta Reunião Itinerante, enviando para representá-lo o Vereador do município de Garanhuns Sivaldo Albino. Inteirada.

OFÍCIO Nº 59 – DO SEGUNDO SECRETÁRIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE GARANHUNS, VEREADOR DANIEL DA SILVA encaminhando Requerimentos com reivindicações para a população deste município. Inteirada.

OFÍCIO Nº 89 – DO VEREADOR DA CÂMARA MUNICIPAL DE GARANHUNS SIVALDO RODRIGUES ALBINO parabenizando a Presidência da Casa Joaquim Nabuco pela realização desta sessão neste município e esclarecendo que a Câmara de Vereadores de Garanhuns foi uma das primeiras do Estado a realizar reuniões nas comunidades, através de projeto de autoria desse vereador. Inteirada.

TELEGRAMA - DA DEPUTADA ELINA CARNEIRO comunicando impossibilidade em participar desta Reunião Itinerante e parabenizando a inicialiva. Inteirada.

Ofício/Tribunal de Justiça

Ofício nº 337/2007 G.P.

Recife, 28 de agosto de 2007.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
A Sua Excelência o Senhor
Deputado GUILHERME UCHÔA
Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco
Rua da Aurora, 631 – Boa Vista
Recife/PE

Senhor Presidente:

Encaminho a Vossa Exa. Projeto de Lei Ordinária que autoriza o Tribunal de Justiça de Pernambuco a utilizar, excepcionalmente, os recursos arrecadados e provenientes das taxas, custas judiciais e emolumentos para custeio das despesas com a nomeação de novos servidores efetivos.

Existe a necessidade premente deste Poder Judiciário nomear os aprovados no concurso público, realizado recentemente, para provimento de cargos de servidores. A urgência se justifica em razão da carência de pessoal, que, atualmente, é de aproximadamente 600 servidores.

Ademais, para agravar ainda mais o quadro, por determinação recente da Secretária Jurídica, o Tribunal precisou restituir, às Prefeituras, todos os seus servidores ocupantes de cargos comissionados e contratados por tempo determinado, que estavam à disposição deste Poder, deixando algumas varas sem nenhum servidor.

No ensejo, apresento a Vossa Exa. os meus mais respeitosos cumprimentos.

Atenciosamente,

Desembargador **FAUSTO VALENÇA DE FREITAS**
Presidente do Tribunal de Justiça

Projeto de Lei Ordinária Nº 272/2007

Ementa: Autoriza o Tribunal de Justiça de Pernambuco a utilizar, excepcionalmente, os recursos arrecadados e provenientes das taxas, custas judiciais e emolumentos para custeio das despesas com a nomeação de novos servidores efetivos.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º Fica o Tribunal de Justiça de Pernambuco autorizado a utilizar, em caráter excepcional e exclusivamente, os recursos arrecadados e provenientes das taxas, custas judiciais e emolumentos, no montante de até R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), para custeio das despesas com a nomeação de novos servidores efetivos.

Art. 2º As despesas mencionadas no artigo anterior ficam limitadas ao gasto com pessoal no corrente exercício.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta de dotação orçamentária própria do Tribunal de Justiça.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PODER LEGISLATIVO



Mesa Diretora: Presidente, Deputado Guilherme Uchoa; 1º Vice-Presidente, Deputado Izaías Régis; 2º Vice-Presidente, Deputado Ciro Coelho; 1º Secretário, Deputado João Fernando Coutinho; 2º Secretário, Deputado Raimundo Pimentel; 3º Secretário, Deputado Sérgio Leite; 4º Secretário, Deputado Henrique Queiroz. **Procuradoria Geral,** Ismar Teixeira Cabral (procurador-geral); **Superintendência Geral,** Paulo César Menezes Teixeira (Superintendente-geral); **Assistência Legislativa,** Ana Olímpia Celso de M. Severo (Assistente Chefe); **Superintendência Administrativa,** Adriana Alves Araújo (Superintendente); **Superintendência de Recursos Humanos,** Karla de Fátima Mendes Vieira (Superintendente); **Superintendência de Modernização Institucional e Tecnológica,** Braulio José de Lira C. Torres; **Superintendência de Planejamento e Execução Orçamentária e Financeira,** Marcelo Cabral e Silva (Superintendente); **Cerimonial,** Franklin Bezerra Santos (Assistente de Cerimonial); **Assistência de Saúde e Medicina Ocupacional,** Aldo Mota (Assistente Médico); **Assistência de Segurança Legislativa,** Coronel Ricardo Ferreira de Lima (Assistente Chefe); **Escola do Legislativo,** Jurandir Bezerra Lins (Assistente Educacional); **Auditagem,** Gildo Dantas Correia de Góis (Auditor-chefe); **Assistência de Comunicação Social,** Cláudia Lucena (Assistente de Comunicação Social); **Chefe de Departamento de Imprensa,** Marconi Glauco; **Editores:** Andréa Tavares; **Redatores:** Antônio Azevedo, Larissa Rodrigues e Renata Rodrigues; **Fotografia:** Roberto Soares (Gerente de Fotografia), Moisés Barbosa e Carlos Oliveira; **Diagramação e Editoração Eletrônica:** Anderson Galvão e Alécio Nicolak Júnior; **Chefe de Departamento de Rádio e TV:** Ana Lúcia Lins; **Repórteres:** Carolina Flores, Rosângela Almeida e Verônica Barros; **Operadores de Som:** Aristides Pandelis Frangakis e Alcidezio Ramos; **Estagiários:** Andréa Neves, Monique Cabral, Priscilla Aguiar, Rodrigo Ferreira e Solange Mendonça; **Endereço:** Palácio Joaquim Nabuco, Rua da Aurora, nº 631 – Recife-PE. Fone: 3217-2368. Fax 3217-2107. PABX 3217.2211. **Nosso E-mail:** dimprensa@alepe.pe.gov.br.

Nosso endereço na Internet <http://www.alepe.pe.gov.br>

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificativa

Existe a necessidade premente deste Poder Judiciário nomear os aprovados no concurso público, realizado recentemente, para provimento de cargos de servidores. A urgência se justifica em razão da carência de pessoal, que, atualmente, é de aproximadamente 600 servidores. Ademais, para agravar ainda mais o quadro, por determinação recente da Secretária Jurídica, o Tribunal precisou restituir, às Prefeituras, todos os seus servidores ocupantes de cargos comissionados e contratados por tempo determinado, que estavam à disposição deste Poder, deixando algumas varas sem nenhum servidor.

Recife, em 30 de agosto de 2007.

Desembargador **FAUSTO VALENÇA DE FREITAS**
Presidente do Tribunal de Justiça

Às 1ª, 2ª e 3ª Comissões.

Mensagem

MENSAGEM Nº 092/2007

Recife, 30 de agosto de 2007.

Excelentíssimo Senhor,

Remeto a Vossa Excelência, para deliberação dessa Egrégia Assembléia, Projeto de Lei que autoriza a abertura, ao Orçamento Fiscal do Estado, relativo ao exercício de 2007, de crédito especial no valor de R\$ 18.000.000,00 (dezoito milhões de reais), em favor da SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

A solicitação em apreço objetiva incluir na Programação Anual de Trabalho da Secretaria de Educação, no Programa "0217 - Apoio Administrativo às Ações da Secretaria de Educação", a Ação "2023 - Aquisição, Adequação de Imóveis e Reequipagem da Secretaria de Educação", com a finalidade de promover a melhoria das instalações físicas da Secretaria, contribuindo para o aperfeiçoamento das condições funcionais dos ambientes de trabalho e o aumento da produtividade das ações finalísticas do Órgão.

Os recursos necessários à realização da despesa prevista no anexo Projeto de Lei, em conformidade com o seu artigo 2º, serão os provenientes de anulação de dotação orçamentária constante do Orçamento em vigor, na forma do disposto no artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Certo da compreensão dos membros que compõem essa Casa, na apreciação da matéria que ora submeto à sua consideração, solicito a observância do regime de urgência de que trata o artigo 21 da Constituição Estadual, na tramitação do anexo Projeto de Lei.

No ensejo, reitero a Vossa Excelência e seus Ilustres Pares os meus protestos de alta estima e distinta consideração.

PALÁCIO DO CAMPO DAS PRINCESAS,
em 30 de agosto de 2007.

EDUARDO HENRIQUE ACCIOLY CAMPOS
Governador do Estado

Projeto de Lei Ordinária Nº 273/2007

Ementa: Inclui nova Ação em Programa constante do Plano Plurianual 2004/2007, abre crédito especial ao Orçamento Fiscal do Estado relativo ao exercício de 2007, e dá outras providências.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º Fica incluída no Plano Plurianual 2004/2007, aprovado pela Lei nº 12.427, de 25 de setembro de 2003, e revisado para o exercício de 2007, através da Lei nº 13.095, de 25 de setembro de 2006, no Programa "0217 – Apoio Administrativa às Ações da Secretaria de Educação", a Ação (Projeto) a seguir especificado segundo seus respectivos atributos:

14000 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

DESCRIÇÃO DA PROGRAMAÇÃO ANUAL DE TRABALHO

PROGRAMA(A): 0217 - APOIO ADMINISTRATIVO ÀS AÇÕES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
Objetivo: Centralizar a gestão dos serviços comuns que apoiam a execução das ações finalísticas do Órgão.

Projeto: 14010.121220217.2023 - Aquisição, Adequação de Imóveis e Reequipagem da Secretaria de Educação

Finalidade: Promover a melhoria das instalações físicas da Secretaria de Educação, contribuindo para o aperfeiçoamento das condições funcionais dos ambientes de trabalho e o aumento da produtividade das ações finalísticas do Órgão.

	Produto Ação Implantada	Unidade Unidade	Meta 1
Projeto:	14010.121220217.2023 - Aquisição, Adequação de Imóveis e Reequipagem da Secretaria de Educação		18.000.000
	4.4.90.00 - FNT 0101 - Investimentos		18.000.000
	TOTAL		18.000.000

Art. 2º Fica aberto ao Orçamento Fiscal do Estado, relativo ao presente exercício de 2007, em favor da SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, crédito especial no valor de R\$ 18.000.000,00 (dezoito milhões de reais), para aplicação conforme discriminação a seguir:

RECURSOS DO TESOUREO EM R\$ 1,00

	14000 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
	14010 - Secretaria de Educação - Administração Direta	
Projeto:	14010.121220217.2023 - Aquisição, Adequação de Imóveis e Reequipagem da Secretaria de Educação	18.000.000
	4.4.90.00 - FNT 0101 - Investimentos	18.000.000
	TOTAL	18.000.000

Art. 3º Os recursos necessários à cobertura do crédito especial de que trata o artigo 2º da presente Lei, serão os provenientes da anulação de dotação orçamentária, constante do Orçamento em vigor, a seguir discriminada:

RECURSOS DO TESOUREO EM R\$ 1,00

	29000 - ENCARGOS GERAIS DO ESTADO	
	29030 - Recursos sob Supervisão da Secretaria da Fazenda - Administração Direta	
Op.Especial:	29030.128450197.0776 - Transferências para o FUNDEF	18.000.000
	3.3.70.00 - FNT 0109 - Outras Despesas Correntes	18.000.000
	TOTAL	18.000.000

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO DO CAMPO DAS PRINCESAS,
em 30 de agosto de 2007.

EDUARDO HENRIQUE ACCIOLY CAMPOS
Governador do Estado

Às 1ª, 2ª, 3ª e 5ª Comissões.

Parecer de Comissão

Parecer Nº 606/2007

A COMISSÃO DE REDAÇÃO DE LEIS, tendo presente o Projeto de Lei Complementar nº 248/2007, já aprovado com sua respectiva Emenda, em segunda e última discussão, é de Parecer que lhe seja dada a seguinte Redação Final:

Ementa: Dispõe sobre os vencimentos dos cargos de Auxiliar em Saúde, Assistente em Saúde, Analista em Saúde, do Grupo Ocupacional Saúde Pública, do Quadro Próprio de Pessoal Permanente do Poder Executivo, e dá outras providências.

Art. 1º A matriz de vencimento-base dos cargos de Auxiliar em Saúde, Assistente em Saúde, Analista em Saúde, do Grupo Ocupacional Saúde Pública, do Quadro Próprio de Pessoal Permanente do Poder Executivo, passa a ser a constante do Anexo I desta Lei Complementar.

Art. 2º A Gratificação de Risco em Regime de Plantão, criada pelo § 1º do artigo 56 da Lei Complementar nº 84, de 30 de março de 2006, para os cargos de que trata o art. 1º desta Lei Complementar, passa a ser a constante do Anexo II desta Lei Complementar.

Art. 3º A segunda etapa de enquadramento no Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores do Grupo Ocupacional Saúde Pública, do Quadro Próprio de Pessoal Permanente do Poder Executivo, prevista no artigo 59, da Lei Complementar nº 84 de 2006, para os cargos de que trata o art. 1º desta Lei Complementar, será implantada em outubro de 2007.

Parágrafo Único. O enquadramento de que trata o *caput* deste artigo aplica-se aos servidores inativos.

Art. 4º A terceira etapa de enquadramento no Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores do Grupo Ocupacional Saúde Pública, do Quadro Próprio de Pessoal Permanente do Poder Executivo, prevista no artigo 60 da Lei Complementar nº 84, de 30 de março de 2006, para os cargos de que trata o art. 1º desta Lei Complementar, será implantada em abril de 2008.

Parágrafo Único. Os atuais ocupantes dos cargos de Auxiliar de Saúde e Assistente de Saúde que não possuírem a escolaridade determinada para o ingresso naqueles cargos ficam enquadrados na matriz correspondente ao primeiro nível de formação do cargo.

Art. 5º O § 1º do artigo 18, o artigo 19 e o *caput* do artigo 59 da Lei Complementar nº 84, de 30 de março de 2006, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 18.”

§1º A progressão por avaliação de desempenho terá os seus critérios definidos por decreto, a ser publicado no prazo de 120 (cento e vinte) dias, a contar da publicação desta Lei Complementar, cujo teor considerará proposta a ser formulada por Comissão paritária, composta por representantes do Governo e representação de classe dos servidores, especialmente constituída para esse fim, através de Portaria do Secretário Estadual de Saúde – SES.

Art. 19. O setor de pessoal da Secretaria Estadual de Saúde – SES, manterá em dia os assentamentos individuais do servidor, com o registro dos elementos necessários à apuração do tempo de serviço na classe do desempenho profissional e do tempo de serviço público estadual e geral, para efeito da progressão de que trata o artigo anterior, cuja ocorrência se dará anualmente, a partir da regulamentação da presente Lei Complementar, que especificará o limite do contingente de servidores de cada faixa a serem contemplados.

Art. 59 Na segunda etapa do enquadramento, os servidores enquadrados na etapa anterior terão o seu enquadramento na faixa salarial inicial da classe subsequente àquela na qual se encontrem, tendo por referencial o efetivo tempo de serviço no órgão ou entidade, em 31 de dezembro de 2006, na proporção de um decênio para cada classe, assim definido:

Art. 6º As disposições previstas nos artigos 1º e 2º desta Lei Complementar produzirão efeitos financeiros a partir de 1º de outubro de 2007.

Art. 7º As disposições da presente Lei Complementar são aplicáveis, no que couber, aos servidores aposentados e em disponibilidade, do cargo de Auxiliar em Saúde, Assistente em Saúde, Analista em Saúde, do Grupo Ocupacional Saúde Pública, do Quadro Próprio de Pessoal Permanente do Poder Executivo, e respectivos pensionistas.

Art. 8º As despesas decorrentes desta Lei Complementar correrão à conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 9º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10. Revogam-se as disposições em contrário.

ANEXO I

MATRIZ DE VENCIMENTO BASE DO CARGO DE AUXILIAR EM SAÚDE

SÉRIE DE CLASSES (com intervalo de 5%)

NÍVEIS DE FORMAÇÃO OU QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL (com intervalo de 5%)	SÉRIE DE CLASSES (com intervalo de 5%)													
	I							II						
Nível Superior Completo	364,65	373,77	383,11	392,69	402,51	412,57	422,88	444,03	455,13	466,51	478,17	490,12	502,38	514,94
Nível Médio e Profissionalizante ou Técnico	347,29	355,97	364,87	373,99	383,34	392,92	402,75	422,88	433,46	444,29	455,40	466,79	478,45	490,42
Nível Médio Completo	330,75	339,02	347,49	356,18	365,09	374,21	383,57	402,75	412,82	423,14	433,71	444,56	455,67	467,06
Ensino Fundamental Completo	315,00	322,88	330,95	339,22	347,70	356,39	365,30	383,57	393,16	402,99	413,06	423,39	433,97	444,82
FAIXAS SALARIAIS (com intervalo de 2,5%)	a	b	c	d	e	f	g	a	b	c	d	e	f	g
	III							IV						
Nível Superior Completo	540,68	554,20	568,06	582,26	596,81	611,73	627,03	658,38	674,84	691,71	709,00	726,73	744,90	763,52
Nível Médio e Profissionalizante ou Técnico	514,94	527,81	541,01	554,53	568,39	582,60	597,17	627,03	642,70	658,77	675,24	692,12	709,42	727,16
Nível Médio Completo	490,42	502,68	515,24	528,12	541,33	554,86	568,73	597,17	612,10	627,40	643,09	659,16	675,64	692,53
Ensino Fundamental Completo	467,06	478,74	490,71	502,98	515,55	528,44	541,65	568,73	582,95	597,52	612,46	627,77	643,47	659,56
FAIXAS SALARIAIS (com intervalo de 2,5%)	a	b	c	d	e	f	g	a	b	c	d	e	f	g

MATRIZ DE VENCIMENTO BASE DO CARGO DE ASSISTENTE EM SAÚDE

SÉRIE DE CLASSES (com intervalo de 5%)

NÍVEIS DE FORMAÇÃO OU QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL (com intervalo de 5%)	SÉRIE DE CLASSES (com intervalo de 5%)													
	I							II						
Nível Superior Completo	463,05	474,63	486,49	498,65	511,12	523,90	537,00	563,85	577,94	592,39	607,20	622,38	637,94	653,89
Nível Médio e Técnico	441,00	452,03	463,33	474,91	486,78	498,95	511,42	537,00	550,42	564,18	578,29	592,74	607,56	622,75
Nível Médio com Profissionalizante	420,00	430,50	441,26	452,29	463,60	475,19	487,07	511,42	524,21	537,32	550,75	564,52	578,63	593,10
Nível Médio Completo	400,00	410,00	420,25	430,76	441,53	452,56	463,88	487,07	499,25	511,73	524,52	537,64	551,08	564,85
FAIXAS SALARIAIS (com intervalo de 2,5%)	a	b	c	d	e	f	g	a	b	c	d	e	f	g
	III							IV						
Nível Superior Completo	686,58	703,75	721,34	739,37	757,86	776,81	796,23	836,04	856,94	878,36	900,32	922,83	945,90	969,55

Nível Médio e Técnico	653,89	670,24	686,99	704,17	721,77	739,81	758,31	796,23	816,13	836,53	857,45	878,88	900,86	923,38
Nível Médio com Profissionalizante	622,75	638,32	654,28	670,63	687,40	704,59	722,20	758,31	777,27	796,70	816,62	837,03	857,96	879,41
Nível Médio Completo	593,10	607,92	623,12	638,70	654,67	671,03	687,81	722,20	740,25	758,76	777,73	797,17	817,10	837,53

FAIXAS SALARIAIS (com intervalo de 2,5%)

a b c d e f g a b c d e f g

MATRIZ DE VENCIMENTO BASE DO CARGO DE ANALISTA EM SAÚDE

SÉRIE DE CLASSES (com intervalo de 5%)

NÍVEIS DE FORMAÇÃO OU QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL (com intervalo de 5%)	SÉRIE DE CLASSES (com intervalo de 5%)													
	I							II						
Doutorado	1.041,86	1.067,91	1.094,60	1.121,97	1.150,02	1.178,77	1.208,24							
Mestrado	992,25	1.017,06	1.042,48	1.068,54	1.095,26	1.122,64	1.150,71							
Especialização	945,00	968,63	992,84	1.017,66	1.043,10	1.069,18	1.095,91							
Nível Superior Completo	900,00	922,50	945,56	969,20	993,43	1.018,27	1.043,72							
FAIXAS SALARIAIS (com intervalo de 2,5%)	a	b	c	d	e	f	g							
	III							IV						
Doutorado	1.268,65	1.300,37	1.332,88	1.366,20	1.400,35	1.435,36	1.471,25							
Mestrado	1.208,24	1.238,45	1.269,41	1.301,14	1.333,67	1.367,01	1.401,19							
Especialização	1.150,71	1.179,47	1.208,96	1.239,18	1.270,16	1.301,92	1.334,47							
Nível Superior Completo	1.095,91	1.123,31	1.151,39	1.180,18	1.209,68	1.239,92	1.270,92							
FAIXAS SALARIAIS (com intervalo de 2,5%)	a	b	c	d	e	f	g							
	III							IV						
Doutorado	1.544,81	1.583,43	1.623,01	1.663,59	1.705,18	1.747,81	1.791,50							
Mestrado	1.471,25	1.508,03	1.545,73	1.584,37	1.623,98	1.664,58	1.706,20							
Especialização	1.401,19	1.436,22	1.472,12	1.508,93	1.546,65	1.585,32	1.624,95							
Nível Superior Completo	1.334,47	1.367,83	1.402,02	1.437,07	1.473,00	1.509,83	1.547,57							
FAIXAS SALARIAIS (com intervalo de 2,5%)	a	b	c	d	e	f	g							
	III							IV						
Doutorado	1.881,08	1.928,11	1.976,31	2.025,72	2.076,36	2.128,27	2.181,47							
Mestrado	1.791,51	1.836,29	1.882,20	1.929,26	1.977,49	2.026,93	2.077,60							
Especialização	1.706,20	1.748,85	1.792,57	1.837,39	1.883,32	1.930,41	1.978,67							
Nível Superior Completo	1.624,95	1.665,57	1.707,21	1.749,89	1.793,64	1.838,48	1.884,44							
FAIXAS SALARIAIS (com intervalo de 2,5%)	a	b	c	d	e	f	g							

ANEXO II

VALOR NOMINAL DA GRATIFICAÇÃO DE RISCO EM REGIME DE PLANTÃO

VALOR R\$	BENEFICIÁRIOS
100,00	AUXILIAR EM SAÚDE
210,00	ASSISTENTE EM SAÚDE
600,00	ANALISTA EM SAÚDE

Antônio Figueirôa
Deputado

Sala da Comissão de Redação de Leis,
em 29 de agosto de 2007.

Presidente: Antônio Figueirôa.
Relator : Antônio Figueirôa.
Favoráveis os (2) deputados: Aglailson Júnior, Bringel.

REPUBLICADO

Indicação

Indicação Nº 1430/2007

Indicamos à Mesa, depois de ouvido o Plenário, obedecidas as normas regimentais, que seja enviado um veemente apelo ao Exmo. Governador do Estado de Pernambuco, Sr. Eduardo Campos; e ao Prefeito de Garanhuns, Sr. Luiz Carlos de Oliveira, no sentido de que promovam ações efetivas para que **Garanhuns se transforme em um Centro de Turismo Religioso**.

Da decisão do Plenário, dê-se conhecimento ao Exmo. Sr. José Chaves, DD. Secretário de Turismo do Estado de Pernambuco; Exmo. Sr. Geraldo Júlio de Mello Filho; DD. Secretário de Planejamento e Gestão do Estado de Pernambuco; e a Sra. Gabriela Fernanda de Alcântara Valença Paiva, DD. Secretária de Turismo de Garanhuns.

Justificativa

O município de Garanhuns faz parte da Região de Desenvolvimento do Agreste Meridional, localizada na Mesorregião do Agreste Pernambucano e encontra-se a 225 km da capital do Estado. Possui uma área de 472,46 km² e uma população estimada, em 2006, de 128.398 habitantes distribuídos através dos seus quatro distritos : Garanhuns(sede), Iratama, Miracica e São Pedro.

A cidade é a 9ª maior em serviços do Estado, muito em função do turismo como importante fator gerador de negócios para a economia da região, com destaque ao turismo religioso e de inverno. Por Turismo Religioso entende-se a realização de encontros litúrgicos e litúrgicos e de visitas a locais que suscitam a fé, a esperança e a caridade nos fiéis. O turismo religioso, diferente de todos os outros segmentos de mercado do turismo, tem como motivação fundamental a fé, estando ligado ao calendário religioso da localidade. Em 2004, reforçando a vocação de Garanhuns para o turismo religioso, o Governo através da Empetur e do Sebrae inaugurou a Rota da Fé, ligando os municípios de Garanhuns, pelo seu Santuário da Mãe Rainha; Brejo da Madre de Deus, por Nova Jerusalém; Poção, por possuir o maior centro bíblico do mundo; Pesqueira, pelo Santuário de Cimbres; São João, pelo Santuário de Santa Quitéria das Freixeiros; Bom Conselho, pelo conjunto de conventos religiosos; e Capoeiras, pela forte devoção religiosa.

Seu calendário religioso e Santuário garantem um fluxo de fiéis e peregrinos durante o todo o ano. Tem no Santuário de Mãe Rainha, inaugurado em 2004, o seu principal foco do turismo religioso local. O Santuário atrai um grande aporte de fiéis à cidade tendo, na festa de seu aniversário, em abril deste ano, um público aproximado de 20.000 pessoas. O fluxo deromeiros continua ao longo dos fins de semana do ano, sendo o Santuário visitado continuamente por fiéis de todo o Nordeste, perfazendo uma média de 2.000 pessoas por mês. Outro Santuário que se transformou em centro de peregrinação é o de Santa Quitéria das Freixeiros, situado no município de São João, nas proximidades de Garanhuns e que virou ponto de romaria, principalmente na sua data comemorativa, dia 7 de setembro. Neste ano, em agosto, ocorreu a primeira Missa do Romeiro, ação promovida pela prefeitura na intenção de se transformar em mais uma das atrações do segmento e que contou com aproximadamente 20.000 fiéis.

A principal festa religiosa de Garanhuns é a comemoração de Santo Antônio, padroeiro da cidade. Os festejos ocorrem durante os 13 primeiros dias de junho, durante os quais a cidade recebe visitantes de diversas cidades e estados. A ida ao Cristo do Magano, durante a Semana Santa, e a Festa de São Sebastião, padroeiro do bairro da Boa Vista que anima a cidade do dia 11 a 20 de janeiro, atraindo cerca de 10 mil pessoas, fazem também parte do roteiro religioso da cidade.

Garanhuns possui 2.000 leitos, contando, atualmente, com 24 hotéis e pousadas e dois Seminários, o de São José e o Mosteiro de São Bento. Esse número já é insuficiente para acomodar toda a procura ocasionada pelos atrativos turísticos e religiosos. Dessa forma, pela importância e influência que o município de Garanhuns exerce na Região do Agreste Meridional, pelo papel exercido para a economia do Estado de Pernambuco, por todo o seu potencial turístico já comprovado e pelo impacto positivo do turismo nos diversos segmentos da atividade econômica, venho, diante dos Nobres Pares, pedir a aprovação desta indicação no sentido de que sejam realizadas ações efetivas para transformar a cidade em um Centro de Turismo Religioso.

Sala das Reuniões, em 29 de agosto de 2007.

Terezinha Nunes
Deputada